

Francisco Sá 1 Energias Renováveis S.A.

**Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 com
Relatório do Auditor Independente**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Diretores da
Francisco Sá 1 Energias Renováveis S.A.
Francisco Sá - MG**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras Francisco Sá 1 Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Francisco Sá 1 Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil. Nós cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de abril de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6


Alexandre P. da
Contador CRC 1SP215290/O-4

Francisco Sá 1 Energias Renováveis S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	31/12/2025	31/12/2024	Passivos	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	5	14.808	12.781	Fornecedores	10	972	1.417
Clientes a receber	6	1.615	1.613	Financiamentos	11	2.990	2.745
Impostos a recuperar		54	51	Imposto de renda e contribuição social a recolher		169	133
Adiantamento a fornecedores		-	64	Obrigações tributárias		276	288
Estoques		-	5	Arrendamento	9	37	32
Despesas antecipadas		142	573	Ressarcimento	12	4.589	2.788
Total do ativo circulante		16.619	15.087	Outros passivos circulantes		12	11
Cauções e depósitos vinculados	7	2.457	2.724	Total do passivo circulante		9.045	7.414
Total realizável a longo prazo		2.457	2.724	Financiamentos	11	100.054	96.774
Imobilizado	8	145.221	149.427	Arrendamento	9	4.394	4.303
Intangível	8	31	46	Contas a pagar de partes relacionadas	13	66	712
Direito de uso	9	4.157	4.167	Provisão para desmobilização	14	2.082	1.936
Total do ativo não circulante		151.866	156.364	Total do passivo não circulante		106.596	103.725
Total do ativo		168.485	171.451	Patrimônio líquido	15		
				Capital social		71.251	71.251
				Prejuízos acumulados		(18.407)	(10.939)
				Total do patrimônio líquido		52.844	60.312
				Total do passivo e patrimônio líquido		168.485	171.451

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Francisco Sá 1 Energias Renováveis S.A.**Demonstrações do resultado****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida	16	10.727	10.797
Custos de operação	17	<u>(10.253)</u>	<u>(9.297)</u>
Lucro bruto		<u>474</u>	<u>1.500</u>
Despesas gerais e administrativas	17	<u>(598)</u>	<u>(651)</u>
Resultado antes do resultado financeiro		<u>(124)</u>	<u>849</u>
Receitas financeiras	18	1.841	1.148
Despesas financeiras	18	<u>(8.240)</u>	<u>(8.391)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(6.399)</u>	<u>(7.243)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(6.523)</u>	<u>(6.394)</u>
Imposto de renda e contribuição social	19	<u>(945)</u>	<u>(694)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(7.468)</u>	<u>(7.088)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Francisco Sá 1 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Prejuízo do exercício	<u>(7.468)</u>	<u>(7.088)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>(7.468)</u>	<u>(7.088)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Francisco Sá 1 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de lucros		Prejuízos acumulados	Total
		Subscrito e integralizado	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2023		71.251	277	3.804	(7.932)	67.400
Prejuízo do exercício		-	-	-	(7.088)	(7.088)
Compensação de prejuízo do exercício com reserva de retenção de lucros		-	-	(3.804)	3.804	-
Compensação de prejuízo do exercício com reserva legal		-	(277)	-	277	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	15	71.251	-	-	(10.939)	60.312
Prejuízo do exercício		-	-	-	(7.468)	(7.468)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	15	71.251	-	-	(18.407)	52.844

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Francisco Sá 1 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos impostos		(6.523)	(6.394)
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Depreciação	8	4.922	5.498
Resultado na doação de ativo imobilizado	8	-	132
Juros sobre arrendamento	9	427	415
Juros de financiamentos	11	6.816	6.777
Ajuste a valor presente da provisão de desmobilização	14	146	137
Ressarcimento		1.717	2.230
Suprimento de energia - não faturado		(131)	(74)
Provisão de fornecedores	10	286	490
Amortização do direito de uso	9	147	141
		7.807	9.352
Variações nos ativos e passivos:			
Clientes a receber		129	175
Adiantamento a fornecedores		64	(64)
Estoques		5	(5)
Impostos a recuperar		(3)	51
Despesas antecipadas		435	(194)
Fornecedores		(779)	(675)
Obrigações tributárias		(12)	(15)
Outros passivos circulantes		85	(7)
Partes relacionadas		(646)	657
Caixa proveniente das atividades operacionais		7.085	9.275
Pagamento de juros s/ financiamentos	11	(820)	(484)
Pagamento de IR e CS	19	(909)	(721)
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais		5.356	8.070
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição ao ativo imobilizado		(657)	(2.929)
Cauções e depósitos vinculados		267	(262)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		(390)	(3.191)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de financiamentos	11	(2.471)	(1.975)
Pagamento de arrendamento	9	(468)	(455)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(2.939)	(2.430)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		2.027	2.449
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5	12.781	10.332
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5	14.808	12.781
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		2.027	2.449

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Francisco Sá 1 Energias Renováveis S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em junho de 2018, com sede em Francisco Sá, no Estado de Minas Gerais. A controladora direta da Companhia é a Francisco Sá Solar Holding S.A. e a controlada final é a Nebras do Brazil Investments 1 Ltda..

A Companhia tem como principal atividade a implantação e exploração de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica, cuja capacidade instalada atual é de 33 MW.

O registro na ANEEL se deu por meio da portaria nº 359/2018, publicado no Diário Oficial em 22 de agosto de 2018, sendo que suas operações tiveram início em 07 de abril de 2022. O prazo de duração da autorização é de 35 anos.

Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui o seguinte contrato de longo prazo de venda de energia:

Companhia	Tipo	Energia Contratada (MW médios)	Preço contratado (MW/h)	Índice de reajuste	Prazo	Data de início	Mês de reajuste
Francisco I	LEN A-4 001/2018	9,1	R\$ 117,91	IPCA	20 anos	01/01/2023	janeiro

O Contrato de comercialização de energia elétrica acima demonstrado foi efetuado no ambiente regulado de energia - ACR por meio de contrato de comercialização de energia no ambiente regulado (CCEAR) por disponibilidade.

As operações do Grupo, assim como as de outras empresas do setor, estão sujeitas ao ambiente regulatório da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, que exerce papel de regulação e fiscalização. Alterações nesse arcabouço regulatório podem impactar diretamente o desempenho e a rentabilidade dos empreendimentos de geração.

O risco de *curtailment* consiste na redução ou interrupção obrigatória da geração por determinação do Operador Nacional do Sistema (ONS), mesmo quando há disponibilidade de recurso primário. Esse risco decorre, entre outros fatores, de excesso de oferta em determinados períodos, limitações na rede de transmissão ou restrições operativas relacionadas à confiabilidade do sistema. Embora historicamente presente no setor elétrico, o tema ganhou maior relevância a partir de agosto de 2023, quando os níveis de *curtailment* aumentaram substancialmente, atingindo sobretudo usinas eólicas e solares do Nordeste.

Esse cenário tem provocado perdas financeiras e colocado em risco a atratividade de novos investimentos em geração renovável, motivando discussões sobre soluções estruturantes — como expansão da transmissão, avanços regulatórios em armazenamento de energia e mecanismos de compensação econômica destinados a mitigar os impactos aos geradores.

Nesse contexto, foi aprovada a Lei nº 15.269/2025, que estabeleceu diretrizes para compensação parcial aos agentes de geração por perdas decorrentes de determinadas restrições operacionais. A Lei criou a base legal para eventual indenização, condicionada à regulamentação complementar pelos órgãos setoriais e à assinatura de Termo de Compromisso entre os geradores e o Poder Concedente.

Em continuidade a esse processo, a Consulta Pública nº 210/2025 foi instaurada em 31 de dezembro de 2025, com prazo para contribuições até 16 de janeiro de 2026, visando discutir critérios de elegibilidade, metodologia de cálculo dos valores compensáveis, limites financeiros e condições operacionais para implementação do mecanismo previsto na Lei.

Até a data de emissão das demonstrações financeiras, a regulamentação definitiva ainda não foi concluída e os critérios técnicos e jurídicos para apuração de eventual compensação permanecem em discussão. Dessa forma, considerando o estágio atual do processo regulatório e a ausência de definição quanto aos parâmetros aplicáveis e à efetiva materialização do direito à compensação, o Grupo não reconheceu quaisquer efeitos contábeis relacionados a esse tema nas demonstrações financeiras consolidadas de 2025, permanecendo no aguardo das próximas deliberações das autoridades competentes para concluir suas análises.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão dessas demonstrações financeiras, foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 13 de abril de 2026.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado conforme divulgado na nota explicativa 20, quando aplicável.

c. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

Não há informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa 3c - Imobilizado e intangível:** principais premissas utilizadas na avaliação da vida útil do imobilizado.
- **Nota explicativa 3e - Redução ao valor recuperável (Impairment):** principais premissas utilizadas no teste para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados.
- **Nota explicativa 9 - Direito de uso e arrendamento:** principais premissas utilizadas na aplicação da taxa de desconto do valor presente dos contratos de direito de uso e arrendamentos.
- **Nota explicativa 12 - Ressarcimento:** principais premissas utilizadas sobre os desvios negativos de geração, devido pelo vendedor, apurados durante o ano e ressarcidos ao comprador no primeiro faturamento do ano seguinte da competência.
- **Nota explicativa 14 - Provisão para desmobilização:** principais premissas utilizadas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos futuros e taxa de desconto para o cálculo a valor presente.

e. Continuidade operacional

O capital circulante líquido positivo da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 7.574 (R\$ 7.673 positivo em 2024). A Companhia apresentou no exercício de 2025 um prejuízo no montante líquido de R\$ 7.468 (R\$ 7.088 de prejuízo líquido em 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

3 Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b. Contas a receber de clientes

O contas a receber de clientes é registrado pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

Referem-se à venda de energia, conforme contratos de venda de energia firmados no ambiente de contratação livre (ACL) e no ambiente de contratação regulado (ACR). Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia considerou que não seria necessária a constituição de qualquer perda estimada com crédito de liquidação duvidosa, visto que não possui expectativa de perda na realização das contas a receber relacionados com esses contratos.

c. Imobilizado

O imobilizado é mensurado inicialmente ao custo na data de aquisição e deduzido da depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de aquisição e custos de financiamentos para projetos de construção se os critérios de reconhecimento forem atendidos. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015, considerando que a vida útil não ultrapassa o período remanescente do período de autorização.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, limitada ao período de autorização, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A Administração reconhece as taxas da ANEEL adequadas para fins societários, com exceção da unidade de geração solar que teve sua vida útil econômica reavaliada.

d. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para desmobilização

Os contratos de arrendamento das terras onde os parques solares encontram-se instalados contém cláusulas que obrigam a Companhia, ao final do prazo contratual, devolver as terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. A Companhia obteve por meio de estudos especializados efetuados por terceiros, as premissas dos procedimentos necessários para proceder com a desmobilização, desta forma, com base em estimativas de mercado, reconheceu as respectivas obrigações a valor presente, conforme nota explicativa 14. Os principais custos a serem incorridos contidos na estimativa do valor da provisão da desmobilização são: Desmontagem dos equipamentos, remoção das áreas construídas, trâmites prévios, reaterro, gestão de resíduos e restauração ambiental. O valor presente da obrigação com desmobilização foi estimado com base na quantidade física de itens instalados nas subestações, linhas, redes e demais instalações dos parques solares, projetando o valor estimado ao final do prazo contratual dos arrendamentos com base na taxa livre de risco e ajustando o respectivo valor a uma taxa de desconto nominal de 7,40% a.a..

e. Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial em seus fluxos de caixa futuros.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Anualmente, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025, a Companhia identificou indicativos de desvalorização dos ativos decorrente do *curtailment* sobre a geração de energia.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. Na elaboração das projeções de fluxo de caixa, foi considerado o efeito do *curtailment* operacional sobre a capacidade de geração de resultados da unidade geradora de caixa, refletindo as restrições operacionais vigentes e seus impactos sobre os volumes, receitas e custos estimados para o período de projeção. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

f. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por Impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e Impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os passivos financeiros foram classificados como outros passivos financeiros. Os passivos financeiros classificados nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa 20.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não celebrou contratos de instrumentos financeiros derivativos.

g. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro presumido.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

h. Reconhecimento de receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve:

- (i) A identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
- (ii) A identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;
- (iii) A determinação do preço para cada tipo de transação;
- (iv) A alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato;
e
- (v) O cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

Os contratos de Energia Nova estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelos parques fotovoltaicos e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh), preço contratual e preço de liquidação das diferenças (PLD) médio do ano.

Os contratos estabelecem limites para os desvios negativos com aplicação de penalidades, que devem compor a contraprestação. Os ressarcimentos por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância - 10%) de geração são ressarcidos por meio da dedução da receita fixa mensal do mês de janeiro do ano contratual seguinte até que haja liquidação do ressarcimento, considerando o maior valor entre 115% do preço de venda do ano anterior e PLD médio do ano anterior.

Receita de suprimento de energia elétrica

A receita é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente.

As faturas de venda de energia mensal são emitidas até o 3º dia útil do mês subsequente ao uso da energia e o prazo de recebimento é até o 6º dia útil, em uma única parcela. Após o vencimento das faturas, há a incidência de multa de 2% sobre o valor em atraso, corrigidas monetariamente pela variação do IPCA desde a referida data de vencimento até a data do efetivo pagamento, sendo que sobre o valor total incidem juros pro-rata de 1% ao mês.

Venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber quando ocorre um excedente de geração, liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

i. Impostos sobre vendas

As receitas de vendas de energia elétrica estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS): 0,65% (regime cumulativo);
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 3,00% (regime cumulativo).

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado.

j. Arrendamento

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca da contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre financiamento como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 10% a.a..

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem os pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

4 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, conseqüentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão por estas entidades estão demonstrados a seguir:

4.1 Adoção de novas normas e interpretações vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Data da vigência
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21	01/01/2025
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade	O CPC incorporou ao texto de alguns de seus dispositivos o endereçamento da utilização do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) para mensuração de investimentos em entidades controladas nas demonstrações individuais. A utilização do MEP para mensuração desses investimentos está determinada pela Lei 6.404/76, e, por ter relação com as demonstrações individuais, não encontrava correspondência nas normas emitidas pelo IASB.	IAS 28	01/01/2025
ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Torna obrigatório para as companhias abertas a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), emitida pelo CPC. O normativo entra em vigor em 01/01/2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, essa data, e revogando a Resolução CVM 124.	Não há	01/01/2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A orientação visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23.	Não há	01/01/2025

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

4.2 Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Data da vigência
CPC 22 - Informações por segmento	Em julho de 2024, o IASB aprovou decisão da agenda do IFRIC referente ao relatório de segmentos reportáveis. Essa decisão aborda a forma como as entidades devem aplicar os requisitos do IFRS 8 para divulgar, em cada segmento reportável, os valores específicos relacionados ao lucro ou prejuízo. A Companhia acompanha o desenvolvimento e os desdobramentos dessa decisão.	IFRS 8	Indeterminado
CPC 36 - Demonstrações consolidadas	Tem como foco a venda ou transferência de ativos entre investidores e suas coligadas ou joint ventures, visando principalmente a resolução de conflitos relacionados a lucros não realizados.	IFRS 10	Indeterminado
CPC 48 e CPC 40 - Divulgações de instrumentos financeiros	Adicionar requisitos de divulgação nas demonstrações financeiras para compreender os efeitos dos instrumentos financeiros, sobre prazo e incerteza de fluxos de caixa futuro.	IFRS 9 e IFRS 7	01/01/2026
CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O objetivo da norma é aprimorar a forma como as informações são apresentadas nas demonstrações financeiras das entidades, em especial na demonstração do resultado e nas respectivas notas explicativas. A principal inovação trazida pela norma consiste na reestruturação da demonstração do resultado, com o intuito de aumentar a comparabilidade entre diferentes entidades. Nesse contexto, foram estabelecidos dois novos subtotais obrigatórios: Lucro Operacional e Lucro antes do Resultado Financeiro, do Imposto de Renda e da Contribuição Social.	IFRS 18	01/01/2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações	O propósito da IFRS 19 é possibilitar que as subsidiárias elegíveis apliquem os requisitos de reconhecimento e mensuração previstos nas IFRS completas, porém com a elaboração de notas explicativas em formato simplificado.	Diversas IASs	01/01/2027

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixas e bancos	2.204	3.777
Aplicações financeiras de curto prazo	12.604	9.004
	14.808	12.781

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, remuneradas a taxa média 100% (100% em 2024) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6 Clientes a receber

	2025	2024
Suprimento de energia	368	497
Suprimento de energia - não faturado (*)	1.247	1.116
	1.615	1.613

Referem-se ao contrato de venda de energia no mercado regulado, no montante de R\$1.615 em 31 de dezembro de 2025 (R\$1.613 em 2024).

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não possui saldos vencidos (faturados e não faturados), portanto, não foi necessário o registro de perda estimada com crédito de liquidação duvidosa.

(*) Saldo composto de valores relativos à venda de energia já entregue e ainda não faturada. Todos os meses a provisão é estornada e o faturamento mensal é emitido no mês subsequente.

7 Cauções e depósitos vinculados

	2025	2024
Banco do Nordeste do Brasil S/A	2.457	2.724
	2.457	2.724

Os depósitos vinculados no montante de R\$ 2.457 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 2.724 em 2024) referem-se integralmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), remunerados à taxa de 98% do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI). Essa aplicação financeira será mantida pela Companhia até a data do vencimento final do financiamento como conta reserva do financiamento captado com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. mencionado na nota explicativa 11.

8 Imobilizado e intangível

O valor registrado neste grupo equivale aos custos incorridos para a construção do parque.

a. Composição do imobilizado e intangível

		2025		
	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Imobilizado em construção	-	12.110	-	12.110
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,20% a 3,52%	4.655	(771)	3.884
Máquinas e equipamentos	4,36% a 5,02%	146.579	(18.873)	127.706
Móveis e utensílios	6,25%	63	(12)	51
Desmobilização	3,24%	1.643	(173)	1.470
Total do ativo imobilizado		165.050	(19.829)	145.221
Softwares	20,00%	75	(44)	31
Total do ativo intangível		75	(44)	31
Total do ativo imobilizado e intangível		165.125	(19.873)	145.252

		2024		
	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Imobilizado em construção	-	8.529	-	8.529
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,20% a 3,51%	4.534	(556)	3.978
Máquinas e equipamentos	4,36% a 5,38%	149.579	(14.240)	135.339
Móveis e utensílios	6,25%	63	(5)	58
Desmobilização	3,24%	1.643	(120)	1.523
Total do ativo imobilizado		164.348	(14.921)	149.427
Softwares	20,00%	75	(30)	46
Total do ativo intangível		75	(30)	46
Total do ativo imobilizado e intangível		164.423	(14.951)	149.473

b. Movimentação do imobilizado e intangível

	Taxa anual de depreciação	Saldo em 31/12/2024	Adição (iii)	Transferência (i)	Depreciação	Saldo em 31/12/2025
Imobilizado em construção	-	8.529	567	3.014	-	12.110
Usinas - imobilizado em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,52%	3.318	108	13	(193)	3.246
Máquinas e equipamentos	5,02%	129.725	4	(3.027)	(4.436)	122.266
Móveis e utensílios	6,25%	57	-	-	(6)	51
Sistema de transmissão de conexão - imobilizado em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,20%	660	-	-	(22)	638
Máquinas e equipamentos	4,36%	5.615	22	-	(197)	5.440
Desmobilização (ii)	3,24%	1.523	-	-	(53)	1.470
Total do ativo imobilizado		149.427	701	-	(4.907)	145.221
Sistema de transmissão de conexão - intangível em serviço						
Softwares	20%	46	-	-	(15)	31
Total do ativo intangível		46	-	-	(15)	31
Total do ativo imobilizado e intangível		149.473	701	-	(4.922)	145.252

	Taxa anual de depreciação	Saldo em 31/12/2023	Adição (iii)	Baixa (iii)	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Imobilizado em construção	-	5.480	3.049	-	-	8.529
Usinas - imobilizado em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,51%	3.510	-	-	(192)	3.318
Máquinas e equipamentos	5,38%	134.780	90	(132)	(5.013)	129.725
Móveis e utensílios	6,25%	59	1	-	(3)	57
Sistema de transmissão de conexão - imobilizado em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,20%	684	-	-	(24)	660
Máquinas e equipamentos	4,36%	5.811	-	-	(196)	5.615
Desmobilização (ii)	3,24%	1.577	-	-	(54)	1.523
Total do ativo imobilizado		151.901	3.140	(132)	(5.482)	149.427
Sistema de transmissão de conexão - intangível em serviço						
Softwares	20%	62	-	-	(16)	46
Total do ativo intangível		62	-	-	(16)	46
Total do ativo imobilizado e intangível		151.963	3.140	(132)	(5.498)	149.473

- (i) O montante refere-se à transferência entre o imobilizado em construção e o imobilizado em serviço.
- (ii) A provisão para desmobilização de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo do Complexo solar. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo. O reconhecimento inicial ocorreu em 2022, onde atendeu a todos os critérios da Companhia, sendo a entrada em operação, unitização e o recebimento de 95% do financiamento do BNB, com uma taxa de desconto de 7,40% e 3,24% de taxa de depreciação.

Em janeiro de 2023 a unidade de geração solar da Companhia teve a sua vida útil econômica reavaliada de 25 anos para 30 anos, tendo sido os seus impactos contábeis contabilizados de forma prospectiva com base no valor residual remanescente.

- (iii) O valor de adição de imobilizado que não afeta o caixa está informado na nota explicativa 21, no montante de R\$ 44 (R\$ 211 de adição em 2024).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram identificados indicadores de possível redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados das investidas, em razão de *curtailment* operacional. Em atendimento ao CPC 01, a Companhia realizou o teste de valor em uso com base em projeções de receita baseada na expectativa de geração de energia e também de acordo com os contratos de venda de energia de longo prazo, considerando a carga tributária vigente para as investidas e uma taxa de desconto que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. Os testes não indicaram necessidade de reconhecimento de perda por *impairment*.

9 Direito de uso e arrendamento

Referem-se aos ativos decorrentes da aplicação do CPC 06 (R2), sendo o principal ativo reconhecido.

Refere-se, substancialmente, ao contrato de arrendamento de terra relativo ao parque fotovoltaico da Companhia. Veja abaixo:

a. Composição do ativo de direito de uso

	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2025		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Direito de uso				
Arrendamento de terras	3,02%	4.887	(730)	4.157
Total direito de uso		4.887	(730)	4.157

	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2024		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Direito de uso				
Arrendamento de terras	3,02%	4.751	(584)	4.167
Total direito de uso		4.751	(584)	4.167

b. Movimentação do ativo de direito de uso

	Valor líquido em 31/12/2024	Adição	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2025
Ativo de direito de uso				
Arrendamento de terras	4.167	137	(147)	4.157
Total do ativo	4.167	137	(147)	4.157
	Valor líquido em 31/12/2023	Adição	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2024
Ativo de direito de uso				
Arrendamento de terras	4.137	171	(141)	4.167
Total do ativo	4.137	171	(141)	4.167

c. Passivo de arrendamento

A movimentação do passivo de arrendamento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, segue demonstrada abaixo:

	Valor líquido em 31/12/2024	Adição	Pagamentos	Atualização financeira	Valor líquido em 31/12/2025
Passivo de arrendamento					
Arrendamento de terra	12.737	377	(468)	-	12.646
(-) Ajuste a valor presente	(8.402)	(240)	-	427	(8.215)
Total	4.335	137	(468)	427	4.431
Circulante	32				37
Não circulante	4.303				4.394
Total	4.335				4.431

	Valor líquido em 31/12/2023	Adição	Pagamentos	Atualização financeira	Valor líquido em 31/12/2024
Passivo de arrendamento					
Arrendamento de terra	12.706	486	(455)	-	12.737
(-) Ajuste a valor presente	(8.502)	(315)	-	415	(8.402)
Total	4.204	171	(455)	415	4.335
Circulante	28				32
Não circulante	4.176				4.303
Total	4.204				4.335

A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 10% a.a., conforme a nota explicativa 3.j (i). A remensuração no ano de 2025 foi de 3% a.a. positivo (4% a.a. positivo em 2024).

10 Fornecedores

	2025	2024
Materiais e serviços	921	1.401
Mercado de curto prazo - CCEE	51	16
	<u>972</u>	<u>1.417</u>

Referem-se a aquisições e às contratações necessárias para o processo de construção dos parques de energia fotovoltaica e serviços e materiais para manutenção dos parques. O principal fornecedor da Companhia refere-se a Canadian Solar Desenvolvimento de Usinas (R\$ 533). A provisão de materiais e serviços relacionada ao ano de 2025 foi no montante de R\$ 286 (R\$ 490 em 2024).

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui saldos vencidos superior a 90 dias, no montante de R\$ 533, que serão liquidados conforme termos contratuais.

11 Financiamentos

a. Composição dos financiamentos:

	31/12/2025					31/12/2024				
	Encargos		Principal		Total	Encargos		Principal		Total
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Circulante	Circulante	Não Circulante		
Moeda nacional										
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	298	28.412	2.692	71.642	103.044	274	22.440	2.471	74.334	99.519
Total de dívidas	298	28.412	2.692	71.642	103.044	274	22.440	2.471	74.334	99.519

Contrato de financiamento, em moeda nacional, com taxa de juros de 1,96% a.a. + IPCA, com vencimento previsto em 15 de junho de 2042. As parcelas do principal e encargos são pagos mensalmente.

b. Movimentação dos financiamentos:

	Valor líquido em 31/12/2024	Pagamentos	Juros provisionados	Transferência	Valor líquido em 31/12/2025
Circulante					
Financiamentos					
Principal	2.471	(2.471)	-	2.692	2.692
Juros	274	(820)	6.816	(5.972)	298
	2.745	(3.291)	6.816	(3.280)	2.990
Não circulante					
Financiamentos					
Principal	74.334	-	-	(2.692)	71.642
Juros	22.440	-	-	5.972	28.412
	96.774	-	-	3.280	100.054

	Valor líquido em 31/12/2023	Pagamentos	Juros provisionados	Transferência	Valor líquido em 31/12/2024
Circulante					
Financiamentos					
Principal	1.975	(1.975)	-	2.471	2.471
Juros	218	(484)	6.777	(6.237)	274
	2.193	(2.459)	6.777	(3.766)	2.745
Não circulante					
Financiamentos					
Principal	76.805	-	-	(2.471)	74.334
Juros	16.203	-	-	6.237	22.440
	93.008	-	-	3.766	96.774

O montante de R\$ 6.816 de juros provisionados foi para o resultado.

Os vencimentos das parcelas em longo prazo são os seguintes:

Não circulante	
2027	3.218
2028	3.445
2029	3.679
2030	3.920
2031 a 2042	85.792
Total	100.054

Obrigações Contratuais - Covenants

As garantias de financiamento são as usuais para estrutura de financiamento de projetos. As garantias concedidas pela Companhia para obtenção do referido financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. foram:

- Fianças bancárias;
- Cessão fiduciária de direitos de crédito decorrentes de qualquer contrato de venda de energia;
- Penhor das ações e penhor dos equipamentos, incluindo contas reserva;
- Cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização;
- Alienação das máquinas e equipamentos.

Adicionalmente, a distribuição do resultado do exercício não pode ultrapassar a 25% do lucro líquido, caso contrário, é requerida a anuência do BNB.

Atualmente, a Companhia possui contrato fiança com o Banco Itaú e conta garantia com o Banco do Nordeste, garantindo 100% do saldo devedor do crédito concedido.

A Administração da Companhia monitora continuamente o cumprimento das cláusulas previstas nos contratos de financiamento.

12 Ressarcimento

	2025	2024
Ressarcimento	4.589	2.788
Total	4.589	2.788

Ressarcimento refere-se aos desvios negativos de geração, devido pelo vendedor, apurados durante o ano e ressarcido ao comprador no primeiro faturamento do ano seguinte da competência, conforme nota explicativa 16 e reconhecimento de receita.

13 Partes relacionadas

A Companhia usualmente possui saldos a pagar ou receber com empresas do mesmo grupo, oriundas principalmente de compartilhamento de gastos entre as SPEs.

(i) Contas a pagar de partes relacionadas

	2025	2024
Francisco Sá 2 Energias Renováveis (a)	32	354
Francisco Sá 3 Energias Renováveis (a)	32	354
Outros	2	4
Total	66	712

- (a) Os saldos a pagar referem-se a compartilhamento de gastos realizados entre a Companhia e suas partes relacionadas. Referem-se substancialmente, ao compartilhamento de gastos liquidados integralmente por uma Companhia e que são repassados pela credora. São gastos de construção do parque solar, contabilizados inicialmente em imobilizado em andamento, sem efeito no resultado. Adicionalmente não existem outras transações de partes relacionadas com efeito no resultado.

(ii) Remuneração da Administração

A Administração é composta pela Diretoria Estatutária. A remuneração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 dos diretores estatutários representados pela Nebras do Brazil Investments 1 Ltda. é paga pela Nebras Power Latin America Ltda, e os diretores estatutários representando a Canadian Solar são pagos pela Recurrent Energy.

14 Provisão para desmobilização

De acordo com cláusula contratual contida nos contratos de arrendamento, a Companhia tem a obrigação de devolver a terra onde o parque fotovoltaico encontra-se instalado nas condições originais antes da implementação dos respectivos parques ao final do contrato de arrendamento em 2053.

No exercício de 2022, a Companhia estimou como valor futuro para esta obrigação o montante de R\$ 13.988, com base em valores orçados de acordo com a necessidade e natureza da ação a ser desenvolvida e baseado em uma taxa de desconto de 7,40% reconheceram o valor presente de R\$ 1.643 e sobre este valor anualmente serão reconhecidos os ajustes a valor presente.

O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento dos parques fotovoltaicos.

Saldo em 31 de dezembro de	1.799
Ajuste a valor presente	137
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.936
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.936
Ajuste a valor presente	146
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.082

15 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 71.251 (R\$ 71.251 em 31 de dezembro de 2024), representado por 71.251.239 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas pela acionista Francisco Sá Solar Holding S.A., detentora de 100% das ações. No exercício de 2025, não houve aumento de capital (R\$ 0 em 2024).

16 Receitas operacionais

	2025	2024
Suprimento de energia elétrica	15.338	12.859
Ressarcimento - suprimento de energia elétrica	(5.329)	(2.338)
Energia de curto prazo	1.124	685
Receita operacional bruta	11.133	11.206
(-) Deduções à receita operacional		
PIS/COFINS	(406)	(409)
Total de deduções da receita operacional	(406)	(409)
Receita operacional líquida	10.727	10.797

17 Custos e despesa por natureza

	2025			2024		
	De operação	Gerais e administrativas	Total	De operação	Gerais e administrativas	Total
Energia elétrica comprada para revenda	(1.261)	-	(1.261)	(503)	-	(503)
Encargos de uso do sistema de distribuição	(2.140)	-	(2.140)	(2.120)	-	(2.120)
Materiais	(91)	-	(91)	(127)	-	(127)
Serviços de terceiros	(1.314)	(507)	(1.821)	(527)	(360)	(887)
Depreciação	(4.907)	-	(4.907)	(5.482)	-	(5.482)
Amortização	(162)	-	(162)	(157)	-	(157)
Seguros	(378)	-	(378)	(381)	-	(381)
Outras	-	(91)	(91)	-	(291)	(291)
Total	(10.253)	(598)	(10.851)	(9.297)	(651)	(9.948)

18 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	1.841	1.125
Outros juros e variações monetárias	-	23
Receitas financeiras total	1.841	1.148
Despesas financeiras		
Financiamentos	(6.816)	(6.777)
Juros sobre arrendamento	(427)	(415)
Ajuste a valor presente (desmobilização)	(146)	(137)
Comissão e fiança bancária	(826)	(1.061)
Outras despesas financeiras	(25)	(1)
Despesas financeiras total	(8.240)	(8.391)
Total resultado financeiro	(6.399)	(7.243)

19 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 945 (R\$ 694 em 31 de dezembro de 2024).

	31/12/2025	
	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro presumido		
Receita de operação	11.133	11.133
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	891	1.336
Demais receitas	1.841	1.841
Alíquota nominal	25%	9%
Corrente	659	286
Alíquota efetiva	5,08%	2,20%
	31/12/2024	
	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro presumido		
Receita de operação	11.206	11.206
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	896	1.345
Demais receitas	1.148	1.148
Alíquota nominal	25%	9%
Corrente	474	220
Alíquota efetiva	3,84%	1,78%

Durante o exercício de 2025 foi pago R\$ 909 (R\$ 721 em 2024).

20 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia possui operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é feito por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa da Companhia bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros, o risco de crédito de seus ativos financeiros, e o monitoramento regular das cláusulas de *covenants*. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa são monitoradas com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e de liquidez da Companhia.

A Companhia não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos.

b. Valor justo dos instrumentos financeiros

	31/12/2025			31/12/2024	
	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros mensurados ao valor justo					
Cauções e depósitos vinculados	7	2.457	2.457	2.724	2.724
Aplicações financeiras de curto prazo	5	12.604	12.604	9.004	9.004
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo					
Caixa e bancos	5	2.204	2.204	3.777	3.777
Clientes a receber	6	1.615	1.615	1.613	1.613
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo					
		31/12/2025		31/12/2024	
	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Fornecedores	10	972	972	1.417	1.417
Financiamentos (a)	11	103.044	103.044	99.519	99.519
Arrendamento	9	4.431	4.431	4.335	4.335
Contas a pagar com partes relacionadas	13	66	66	712	712
Outros passivos circulantes		12	12	11	11

- (a) A Administração da Companhia entende que o valor de mercado de seu financiamento é similar ao valor contábil, devido ao fato de que as taxas do financiamento são subsidiadas pelo BNB, que tem como objetivo financiar projetos de desenvolvimento e infraestrutura e de que o respectivo financiamento foi contraído sob as mesmas condições de mercado existentes em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Como resultado desta análise, foram identificadas apenas aplicações financeiras classificadas em caixa e equivalentes de caixa e as aplicações financeiras classificadas em cauções e depósitos vinculados enquadradas no Nível 2, em que o valor contábil equivale ao seu valor justo. Os demais instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados pelo custo amortizado. A Administração estima que todos esses instrumentos financeiros possuem valor justo próximo do valor contábil.

c. Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Riscos de mercado

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo, e assim justifica a não demonstração da análise de extrapolação deste risco.

Análise de Sensibilidade

Com base nos dados disponíveis do Banco Central, do Relatório Focus, foi extraída a projeção do indexador IPCA para um ano, e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% dos financiamentos, baseadas em premissas macroeconômicas obtidas pela área de controladoria da Companhia.

Variações das taxas índices	31/12/2025	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de índices				
IPCA	4,23%	3,91%	4,89%	5,87%
CDI	14,30%	12,00%	15,00%	18,00%

Risco de aumento	Índice	31/12/2025	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Financiamentos	IPCA (a)	103.044	4.029	5.036	6.044
Aplicações financeiras e depósitos vinculados	CDI (b)	15.061	1.807	2.259	2.711

(a) Índice de proteção ao consumidor amplo - Fonte: Relatório Boletim Focus

(b) Certificado de depósito interbancário - Fonte: Relatório Boletim Focus

(ii) **Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Companhia.

(iii) **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

31/12/2024	Fluxos de caixa contratuais					
	Valor contábil	Fluxo financeiro	Até 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	1.417	1.417	1.417	-	-	-
Arrendamento	4.335	12.738	455	455	1.365	10.463
Financiamentos	99.519	111.882	4.663	9.985	16.485	80.749
Contas a pagar de partes relacionadas	712	712	-	712	-	-
Outros passivos circulantes	11	11	11	-	-	-

Fluxos de caixa contratuais						
31/12/2025	Valor contábil	Fluxo financeiro	Até 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	972	972	972	-	-	-
Arrendamento	4.431	12.645	468	468	1.404	10.305
Financiamentos	103.044	108.854	4.975	10.563	17.386	75.930
Contas a pagar de partes relacionadas	66	66	-	66	-	-
Outros passivos circulantes	12	12	12	-	-	-

21 Informações complementares do fluxo de caixa

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as operações que não afetaram caixa nas operações da Companhia estão demonstradas a seguir:

	2025	2024
Ativo imobilizado (nota explicativa 8)	44	211
Despesas antecipadas (a)	4	2
	48	213

- a) Pagamentos da apólice de seguro previstos para ocorrerem no primeiro semestre do exercício de 2026, a contrapartida foi realizada como provisão no passivo circulante.

22 Provisão para contingências

A Companhia é parte em ação jurídica na esfera cível e tributária, para a qual a expectativa de perda é classificada como possível.

Para os processos com risco de perda possível, não foi constituída provisão. A Companhia considera possuir sólido embasamento jurídico para fundamentar os procedimentos adotados em sua defesa. A necessidade de provisão é analisada periodicamente.

Composição de valores dos processos:

Processos	Natureza	Prognóstico de perda	31/12/2025	31/12/2024
Tributária	Fiscal (a)	Possível	55	55
Cível	Regulatória (b)	Possível	181	-

- (a) Ação judicial para evitar a cobrança do ICMS sobre a TUSD (taxa de transmissão) e o reembolso dos impostos pagos indevidamente.
- (b) Cobrança de multa pela Aneel devido ao atraso na implementação das usinas solares. A companhia entrou com recurso, aguardando julgamento.